

INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPREGO FORMAL NO CEARÁ: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DA RAIS/MTE – 1996/2006

Autores:

Luís Abel da Silva Filho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, bolsista CAPES. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles Núcleo de Natal, Linha II

abeleconomia@hotmail.com

Fone: (84) 3215-3507

Cel: (84) 9960-4860

Silvana Nunes de Queiroz

Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA e Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas - NEPO/UNICAMP.

silvanaqueirozce@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, entre 1996 e 2006, a trajetória e as características das indústrias instaladas no Ceará, bem como comparar o perfil socioeconômico dos trabalhadores empregados na RMF vis-à-vis o interior do Estado. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE, apontam que, mesmo com a implantação dos três Fundos de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDIs, que procurou atrair indústrias para o Estado e também desconcentrá-la da RMF, o número de indústrias aumentou no Ceará, tendo, todavia, permanecido concentrada, com 71,58% delas localizadas na RMF e, as demais no interior. A indústria de grande porte era a que mais empregava, em 2006, tanto na RMF (36,87%) quanto no interior (49,55%), sendo que na RMF, 35,37% trabalhava na indústria têxtil e, no interior, 52,50% no setor calçadista. A mão-de-obra masculina predomina na RMF e no interior, com a maioria, na RMF, na faixa etária de 30 a 39 anos e, no interior, de 18 a 24 anos. Apesar da melhoria no nível de instrução, aproximadamente 50% da mão-de-obra da RMF, e do interior, não têm o ensino fundamental completo. A rotatividade é elevada, sendo mais intensa para o interior, dado que 1/3 dos trabalhadores permanece empregado por menos de 1 ano, com 82,90%, na RMF, e 90,88%, no interior, ganhando até 2 salários.

Palavras-chave: Ceará; Indústria; Emprego

ABSTRACT

The object of this paper is to analyze, from 1996 through 2006, the history and the characteristics of the industries installed in the state of Ceará, as well as to compare the socioeconomical profile of the workers employed in the RMF against those of the countryside. The data of the Annual List of Social Information – RAIS/MTE, indicate that, even with the installation of the three Industrial Development Fund of the state of Ceará – FDIs, which intended to attract industries for the state and also to reverse the concentration in the RMF, the number of industries increased in the state of Ceará, having, however, remained concentrated, with 71,58% of them situated in the RMF and the rest in the countryside. The big size industry was the one with the highest numbers of hiring, in 2006, both in the RMF (36,87%) as well as in the countryside (49,55%), though in the RMF, 35,37% worked in the textile industry and in the countryside, 52,50% in the shoemaking sector. The male workforce is predominant in the RMF and in the countryside, with the majority, in the RMF, in the age group from 30 to 39 years, and in the countryside, from 18 to 24 years of age. Despite improvements in the schooling level, approximately 50% of the workforce of the RMF and of the countryside have not finished elementary school. The turnover rate is high, and is more intense for the countryside, given that 1/3 of the workers remain employed for less than 1 year, with 82,90%, in the RMF, and 90,88% in the countryside, earning up to 2 minimum wages.

Keywords: Ceará; Industry; Employment.

INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPREGO FORMAL NO CEARÁ: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DA RAIS/MTE – 1996/2006

1. Introdução

A década de 1990 introduziu profundas transformações no Brasil, tanto econômicas como políticas, sociais e culturais. Nesse cenário impulsionado pelo processo de abertura econômica mundial se caracterizado como globalização econômica, inseriu-se na estrutura produtiva nacional, transformações que se tornaram vitais para as empresas que buscavam a sobrevivência mediante um mercado desregulado e com alto índice de competitividade em todos os setores econômicos. Nesse contexto, com o processo de adaptação as novas formas de produção, o trabalhador teve que adaptar-se ao novo modelo de organização industrial, onde a flexibilidade do trabalho foi, mais do que nunca, a principal preocupação da classe trabalhadora.

Nesse novo cenário em que se encontrava a economia brasileira, o processo de reorganização industrial induzia a adaptação do trabalhador aos novos modelos produtivos, com melhor nível tecnológico e maior produtividade para a empresa, e, maior adaptação da mão-de-obra as mudanças e menor garantia da permanência em seus postos de trabalhos.

No tocante ao processo de industrialização da região Nordeste, a guerra fiscal, notadamente a partir da segunda metade da década de 1980, tem se tornado um grande aliado especialmente para os Estados da Bahia e do Ceará. Esse último tem o incentivo fiscal como fator determinante na atração de investimentos. Isso fez com que o PIB cearense em 2000, contribuísse com 21% no PIB do Nordeste. O Ceará em 2000 era responsável por 25% da ocupação industrial do Nordeste, com o crescimento impulsionado principalmente nos setores têxtil, de confecções e de calçados (DINIZ e BASQUES, 2004).

Desde os anos de 1960 que políticas econômicas de atração de investimentos são implantadas no Estado do Ceará. A partir de 1967, surgiu o primeiro plano governamental, que teve continuidade em todos os demais governadores, objetivando a criação de infraestrutura no Estado. Em todos os planos econômicos criados no Ceará, notadamente a partir de 1987 (quando Tasso Jereissati assume o Governo do Estado), o incentivo fiscal esteve presente, sendo esse o principal instrumento na atração de indústrias. A política de incentivo à industrialização do Estado pôde ser traduzida a partir de políticas expressas pelo Fundo de Desenvolvimento industrial do Ceará – FDI, que objetiva a atração de indústrias para o Ceará e ao mesmo tempo descentralizá-la da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Nesse contexto, pergunta-se: as políticas de incentivos fiscais do Ceará conseguiram aumentar o numero de indústrias em todo o estado, mesmo sem melhoras qualitativas no perfil socioeconômico dos trabalhadores formais cearenses? Ou o contrario, não aumentou o número de indústrias nem melhorou o perfil do trabalhador formal? A hipótese deste artigo é a de as políticas conseguiram aumentar o numero de indústrias em todo o estado. Porem, o perfil socioeconômico dos trabalhadores não seguiu a mesma tendência. Metodologicamente, utiliza-se uma pesquisa do tipo exploratória, sustentada em uma revisão de literatura direcionada a esses propósitos como também dados empíricos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE.

Posto isto, este artigo procura fazer uma breve abordagem sobre a indústria e o emprego formal no Estado do Ceará. Além dessa introdução, no segundo item apresentam-se discussões acerca do processo de industrialização do estado. O terceiro item aborda a discussão no que se refere ao processo de interiorização da indústria no Ceará. No quarto item, faz-se uma análise do perfil da indústria em todo o Ceará. Em seguida, analisa-se o perfil do trabalhador formal no estado do Ceará. Por último apresentam-se algumas considerações finais.

2. A política de atração de indústrias para o Ceará

O ano de 1987 pode ser considerado um ponto de inflexão nas políticas de desenvolvimento do Estado do Ceará. Até então, o cenário econômico e social do Estado demonstrava-se alheio ao progresso e com a maioria da população marginalizada. Nesse período as políticas públicas iniciadas tinham como objetivo romper com o círculo vicioso de pobreza. Pautados nesses propósitos, o governo do Estado norteou propostas de criação de oportunidades de trabalho, políticas de desenvolvimento da educação e saúde da população, investimentos em setores de porte com poder multiplicador e ajuste fiscal, seguido de controle das despesas do Estado. (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999)

De acordo com Frota (2007), a ruptura no campo político-institucional ocorrido em 1987, com o governador Tasso Jereissati e as novas propostas desenvolvidas pelos membros do Centro Industrial do Ceará – CIC, formados por jovens empresários e técnicos que passaram a atuar na equipe do governo, foram responsáveis pelo início de um novo período na história do Ceará. As concepções inovadoras dos membros do CIC vieram a tornarem-se compromissos de políticas públicas do Estado, iniciando-se um período de expansão da economia cearense.

Desde a década de 1960 que políticas de desenvolvimento econômico são utilizadas pelo Governo do Ceará. Entre estas, destaca-se a política de industrialização que, a partir de 1979, opera através de incentivos concedidos via o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará (FDI)¹. (PONTES, VIANNA e HOLANDA, 2006).

De acordo com Gonçalves, Queiroz e Alves (2007), até o início da década de 1960, a produção industrial do Estado do Ceará estava diretamente relacionada ao setor primário, tendo em sua pauta as tradicionais indústrias têxteis, alimentícia e química, que eram beneficiadas pela matéria-prima existente no interior do Estado.

Em 1963 foi implementado no Ceará, o Plano de Metas Governamental – PLAMEG, no Governo Virgílio Távora, que tinha como objetivo a ampliação de infra-estrutura, dado que o Estado apresentava grandes deficiências. Com a criação de empresas públicas de planejamento e estímulo ao desenvolvimento industrial, banco estadual e distritos industriais, ocasionaram um novo modelo de desenvolvimento para o Estado do Ceará.

A partir da criação do PLAMEG, todos os governadores do Estado do Ceará passaram a elaborar planos governamentais. Entre 1967 a 1971, foi implantado o Plano de Ação Integrada do Governo – PAIG, no governo Plácido Castelo; de 1971 a 1974, o Plano do Governo do Estado do Ceará – PLAGEC, do governo César Cals; de 1974 a 1979, o Plano de Desenvolvimento do Ceará – PLANDECE, do governo Aduino Bezerra; de 1979 a 1983, o Plano de Metas Governamental – II PLAMEG, do governo Virgílio Távora; de 1983 a 1987, o Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED, do governo Gonzaga Mota e de 1987 a 1991, o Plano de Mudanças do governo Tasso Jereissati. Sendo que todos esses planos de desenvolvimento estavam centrados especialmente na criação de infra-estrutura do Estado. (GONÇALVES, QUEIROZ e ALVES, 2007).

Em todos os planos econômicos dos governos citados anteriormente o incentivo fiscal tem sido um fator de grande relevância nas políticas de industrialização do Ceará, no entanto, a “guerra fiscal” não é característica apenas do Estado e Municípios Cearenses, e muito menos recente.

Mesmo estando presente em toda a história do Brasil, e em especial no Ceará, – essas práticas de atração de indústrias via incentivos fiscais ganharam impulso a partir dos anos de 1960, e se intensificaram notadamente a partir de 1987, quando Tasso Jereissati assume pela primeira vez o Governo do Estado, e permanecem até os dias atuais.

¹ A filosofia do FDI, mantida até hoje, é a de conceder empréstimo equivalente a certa percentagem do ICMS recolhido pela empresa na condição de reembolsar esse empréstimo após um período de carência.

Para Amaral Filho (2003), não se pode assegurar que as políticas de atração de investimento pautada em incentivos fiscais sejam boas ou ruins para o Estado, essa prática deve ser avaliada de acordo com a necessidade do território, da região ou Estado em obter tais investimentos, como também relacioná-la a necessidade do País, região ou Estado em ampliar determinados setores produtivos.

Segundo Alves e Valois (2006), foi a partir de 1987 com o recém eleito governador, Tasso Jereissati, que o processo de enxugamento da máquina estatal e um novo projeto modernizante romperam com o apadrinhamento político, que hierarquizava os cargos mais elevados da secretaria do Estado, seguidos de aumento de investimentos na área social e reformas administrativas que tornou o Estado mais eficiente.

Através das novas propostas de investimentos em infra-estrutura, enxugamento da máquina estatal, ajuste fiscal e desenvolvimento da indústria, o Ceará vem empreendendo esforços contínuos para a transformação da sua estrutura econômica. Essa proposta tem visão de crescimento econômico do Estado, associada a programas dirigidos, em especial, a industrialização para que haja uma demanda intensiva em mão-de-obra, de capital intensivo e de inteligência, reestruturando assim o cenário econômico e possibilitando a geração de empregos e interiorização da indústria através de incentivos e conseqüentemente a dinamização do parque industrial no Estado do Ceará. (PAER, 2000).

Posto isso, a seção seguinte trata do processo de interiorização da indústria cearense como forma de reduzir disparidades sócio-espaciais dentro do estado e conseqüentemente procurar equalizar as condições de trabalho em todo o estado mediante estruturas industriais que melhor atenda aos requisitos mínimos da qualidade do emprego cearense.

3. Política de desconcentração da indústria via Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará – FDI.

Desde os anos de 1960 que políticas publicam que visam o desenvolvimento econômico do estado do Ceará vem sendo implementadas. O objetivo de tais políticas é dinamizar a economia do estado através do processo de industrialização. Para isso, em dezembro de 1979 a lei nº 10.367 regulamentou o projeto de atração de indústrias via FDI.

O objetivo inicial do FDI era atrair indústrias para o estado do Ceará. A política de atração apresentou resultados, porém, os empreendimentos industriais se instalaram em sua grande maioria nos municípios da RMF. Nesse sentido, a partir de 1995, o FDI passou por alterações significativas em sua política industrial, ao procurar além de atrair indústrias para o Ceará, desconcentrá-las da RMF. A segunda alteração veio, em 2002, com o FDI - II e, a terceira, em 2003, com o FDI - III.

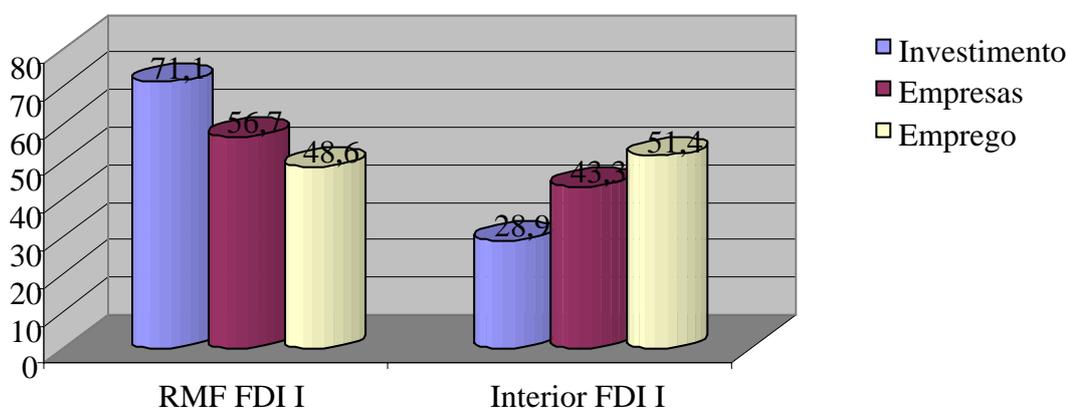
No FDI I, o processo de desconcentração da indústria pautava-se na redução da carga tributária, que ocorreria em maior valor para aquelas empresas que optassem em instalar-se nos municípios fora da RMF, sendo que foi construído um mapeamento da distância dos municípios do Estado em um raio de 300 km, entre 300 e 500 km e mais de 500 km.

No caso do FDI II, os municípios foram identificados pela quantidade de pólos formados por cadeias produtivas, nas quais seriam beneficiados por incentivos à produção. Dentre estes se destacam: os municípios da RMF, Sobral, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatu e Juazeiro do Norte, Tauá, Bela Cruz, Morada Nova e Crato. Entretanto destaca-se que na RMF localizam-se todos os clusters (têxtil, calçados, couros e peles, móveis, eletroeletrônicos e metal-mecânico) presentes no Ceará. Nesse sentido, mesmo com o objetivo de incentivar a interiorização da indústria no Estado, mais uma vez os investimentos concentraram-se na RMF. Porém, cabe ressaltar que os incentivos às empresas fora destes municípios permaneceram. (PONTES, VIANNA e HOLANDA, 2006)

Com relação ao FDI III, foi criado um sistema de pontos, em que o valor da pontuação se modificava entre as variáveis, onde a pontuação máxima do critério era: volume de investimentos que representava 13 pontos; setores e cadeias produtivas valendo 8 pontos; geração de empregos, 12 pontos; aquisição de matérias primas e insumos no Ceará, 7 pontos; localização geográfica, 6 pontos, e, finalmente, a responsabilidade social, 4 pontos. Ainda de acordo com Dias, Holanda e Amaral Filho (2003), foi também estabelecido que o incentivo mínimo fosse de 25% para zero ponto e o máximo de 75% para 50 pontos. Sendo que cada ponto obtido pela empresa equivale a 1%.

Com o FDI o investimento na RMF foi de R\$ 2.872.539.517,40, com atração de 153 empresas e 27.895 empregos diretos. Para o interior o investimento foi de R\$ 1.165.648.245,60 com atração de 117 empresas e 29.462 empregos diretos.

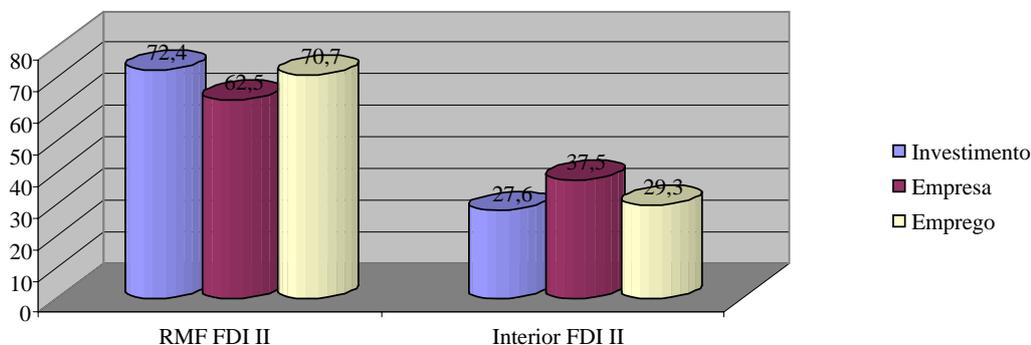
Gráfico 1 - Ceará - FDI I – 1995/2002 - Investimentos, Empresas e Empregos



Fonte: Adaptado de Pontes, Viana e Holanda, 2006

Com o FDI II, a RMF, ficou com R\$ 270.610.750,86 em investimentos, 25 empresas e criou 5.678 empregos. Para o interior foi de R\$ 103.252.236,45 em investimentos, 15 empresas e 2.357 empregos.

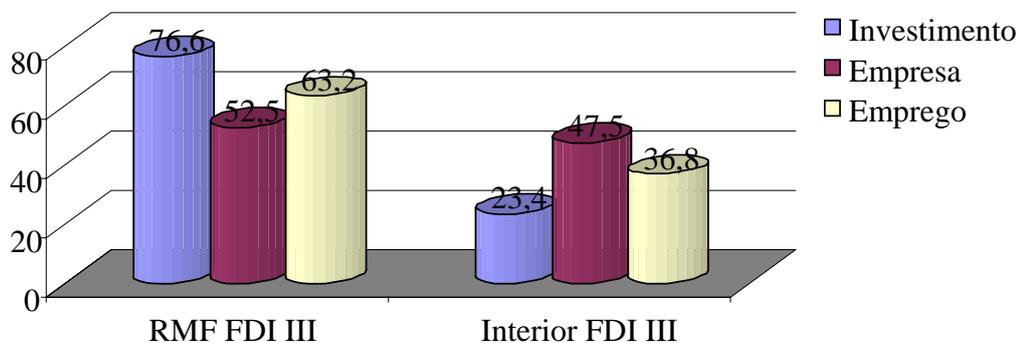
Gráfico 2 - Ceará FDI II – 2002/2003 - Investimentos, Empresas e Empregos



Fonte: adaptado de Pontes, Viana e Holanda, 2006

No FDI III a RMF concentrou R\$ 601. 599.586,81 em investimentos, atraiu 64 empresas e gerou 14.237 empregos contra R\$ 184.127.271,75 em investimentos, 58 empresas e 8.274 empregos diretos para o interior do Ceará².

Gráfico 3 - Ceará - FDI III - 2003 Investimentos, Empresa e Empregos



Fonte: adaptado de Pontes, Viana e Holanda, 2006

No tocante aos investimentos, observa-se nos gráficos 1, 2 e 3, que os três FDIs permaneceram concentrados na RMF. Os dados mostram que os FDI I, II e III concentraram 71,1%, 72,4% e 76,6%, respectivamente, dos investimentos na RMF. Para o interior, o investimento em termos percentuais, foi declinante em todas as reformulações do FDI (I, II e III), 28,9%, 27,6% e 23,4% respectivamente. Assim, fica evidente que as políticas de desconcentração industrial via FDI acabaram concentrando ainda mais na RMF. Nesse sentido, os resultados não foram tão positivos para o interior do Estado quanto se esperava.

A seção seguinte apresenta as características da indústria formal instalada no Ceará, à trajetória da mesma no Estado e, compara o perfil socioeconômico dos seus trabalhadores na RMF vis-à-vis o interior, procurando mostrar de que forma o mercado de trabalho local respondeu a industrialização cearense entre os anos de 1996/2006.

4. perfil da indústria instalada na RMF vis-à-vis o interior do Ceará

Com relação ao perfil das indústrias instaladas no Ceará, a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS aponta crescimento no número de indústrias no Estado entre 1996 a 2006. Na análise feita entre a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e o interior do Ceará, a RMF em 1996 tinha 3.478 indústrias e em 2006 esse número se elevou para 5.694 organizações produtivas formais, com variação percentual de 63,71% em uma década. O interior do Estado em 1996 tinha 1.265 indústrias formais, que aumentaram em 2006, para 2.261 estabelecimentos indústrias, com variação percentual de 79,30%.

O aumento no número de indústrias formais em todo o estado do Ceará é consequência do processo de desconcentração industrial do Sudeste e Sul do País, como também das políticas de incentivos fiscais implementadas pelo Governo do Ceará, notadamente a partir da segunda metade dos anos de 1980.

² Para a atração de investimentos foram utilizados dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico -SDE, que apresentam as informações relativas às empresas atraídas pelo FDI e que estavam em funcionamento em maio de 2003, Pontes Vianna e Holanda, 2006.

Tabela-1
Número de estabelecimentos industriais
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

Região	1996		2006		Variação (%) 1996/2006
		%		%	
RMF	3.478	73,33	5.694	71,58	63,71
INTERIOR	1.265	26,67	2.261	28,42	79,30
Total	4.743	100,00	7.955	100,00	67,72

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

No tocante o processo de desconcentração da indústria da RMF para o interior do Estado, deve-se, em parte, às políticas do Fundo de Desenvolvimento à Indústria – FDI, que tiveram como meta principal elevar o número de estabelecimentos industriais no interior. No entanto, os dados da Tabela 1 nos sugerem que os três FDIs não foram eficientes no tocante à desconcentração industrial. Em 1996 a RMF com apenas 13 municípios era responsável por 73,33% dos estabelecimentos industriais do Ceará e o interior com 171 municípios tinha apenas 26,67% das indústrias. Já em 2006, a participação RMF cai levemente para 71,58% e o interior aumenta timidamente para 28,42%, ou seja, de 1996 a 2006 o crescimento no número de estabelecimentos industriais no interior foi de apenas 1,75%. De acordo com Queiroz e Costa Junior (2008):

Ao longo desses vinte anos (1987 – 2007) de política de atração de indústrias para o Ceará, pode-se afirmar que os resultados foram positivos no tocante ao número de indústrias instaladas e a geração de emprego, todavia, a sua grande maioria permanece concentrada na RMF, apesar das mudanças no Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI.

A Tabela 2 expõe o processo de evolução do emprego formal por ramo de atividade. Nela se destaca a forte concentração de trabalhadores no setor de serviços que, em 1996, era responsável por 58,05% dos empregos formais na RMF e em 2006, esse percentual cai levemente para 57,73% dos postos de trabalho, com variação de 42,23% ao longo dos dez anos em estudo. No o interior, em 1996, o setor de serviços também era o que mais empregava. Haja vista que respondia por 74,63% da mão-de-obra formal, desempenho esse que cai em 2006 para 60,24% do total de empregos no interior.

O setor industrial, objeto de estudo desse trabalho, aparece em 2º lugar na geração de empregos em 1996 e em 2006, tanto na RMF quanto no interior. Em 1996, a indústria empregava 20,90% das pessoas na RMF aumentando-se levemente esse índice em 2006, para 21,23% trabalhadores, o que equivale a uma variação de 45,14% em uma década. No interior, a indústria empregava 16,29% dos trabalhadores nesse ramo de atividade e em 2006 esse percentual cresce para 20,20%. Em tal cenário, observa-se que a variação percentual para o interior foi em torno de 167,33% contra apenas 45,14% para a RMF. Esse aumento no número de empregos na indústria no interior comparando com o da RMF, em parte é consequência das políticas de realocação da indústria implementada pelos FDIs I, II e III, que transferiu, para o interior, indústrias intensivas em mão-de-obra, e com menor investimento, conforme visto nas Gráficos 1, 2 e 2.

Quanto ao comércio, em 1996, ele empregava 60.842 (13,20%) trabalhadores na RMF, aumentando para 103.891 (15,77%) em 2006, com variação percentual de 70,75% na década em análise. No interior do Estado, os dados mostram que em 1996 havia 13.780 (2,57%) empregos formais no comércio, que cresceram significativamente em 2006 para 36.583 (11,56%), com variação percentual de 165,47% contra 70,75% da RMF.

Tabela 2
Evolução do emprego formal por ramo de atividade
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

Ramo de Atividade	RMF				INTERIOR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Indústria	96.344	20,90	139.842	21,23	23.981	16,29	64.109	20,20
Construção civil	27.840	6,04	29.171	4,43	4.614	3,14	5.350	1,69
Comércio	60.842	13,20	103.891	15,77	13.780	2,57	36.583	11,53
Serviços	267.638	58,05	380.291	57,73	99.838	74,63	191.140	60,24
Agropecuária	6.091	1,32	5.536	0,84	3.339	2,27	16.177	5,10
Outros/ignorado	2.280	0,49	0	0,00	1.622	1,10	0	0,00
Total	461.035	100,00	658.731	100,00	147.174	100,00	317.299	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

No tocante à agropecuária, setor que menos emprega em todo o Ceará, em 1996 a RMF empregava, em termos percentuais, 1,32%, reduzindo sua participação em 2006, para 0,84% dos trabalhadores formais. No interior, houve movimento contrário. Em 1996, esse setor absorvia 2,27% da mão-de-obra, passando em 2006 a empregar 5,10%, aumento significativo para o interior do Ceará. Tal melhoria na geração de empregos no setor agrícola encontra explicações nas críticas recebidas pelo Governo do Ceará, que, desde meados da década de 1980, tem incentivado apenas a geração de empregos na indústria, deixando de lado setores fundamentais como o primário. Nesse sentido, a partir dos primeiros anos do século XXI, o Governo do Estado do Ceará tem procurado incentivar projetos no setor agrícola.

O crescimento em menor proporção da população cearense em áreas rurais parece não sentir os efeitos das políticas públicas do Governo do Estado, que tem procurado melhorar a vida do homem do campo, e com isso mantê-los na zona rural, a partir de projetos como o “Canal da Integração”, que tinha como um dos principais objetivos garantir o desenvolvimento sustentável do semi-árido cearense, além do “Projeto São José”, que proporcionou novas formas de plantios e de rentabilidade para os moradores da zona rural cearense, tais como o cultivo de flores e frutas, que tornaram o Ceará um dos maiores produtores e exportadores desse segmento no Brasil. (SOUZA, 2009).

No tocante ao número de empregos na indústria de transformação, os dados na Tabela 3 revelam que em 1996, na RMF, a indústria têxtil era a que mais empregava trabalhadores (34,64%) com pequena elevação para 35,37% da mão-de-obra em 2006, sendo o ramo de atividade industrial que mais empregava na RMF nos anos em estudo. No interior, esse tipo de indústria não tem a mesma dinâmica no processo de geração de empregos, tendo apresentado até redução, em termos percentuais, ao passar de 8,19% dos empregos no interior em 1996 para 4,57% em 2006. Evidencia-se que a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico apresentam significativo número de trabalhadores empregados na RMF quanto no interior, apesar da redução observada, em todo o Estado, no período em análise. Em 1996 a RMF tinha 27,04% da mão-de-obra formal empregada nessa atividade, passando em 2006 para 21,22%. No interior do Estado a redução foi mais acentuada, ao passar de 29,04% em 1996 para 14,36% em 2006.

Com relação à indústria de calçados, em 1996, a mesma era responsável por 4.283 (4,45%) empregos na RMF, e em 2006 passa a empregar 13.859 (9,91%) trabalhadores. Para Galvão (1996), o processo de globalização e abertura econômica foi responsável pela reestruturação produtiva da indústria nacional, e o setor calçadista tem buscado novos mercados que oferecem condições de produção com redução de custos. No Nordeste, o destaque é para o Ceará. Entretanto, de acordo com Pontes, Vianna e Holanda (2006), a

indústria calçadista no Ceará tem grande representatividade nos municípios fora da RMF. Segundo Araújo (2007, p. 3),

Na região do Cariri, especialmente os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha [...] a paisagem já anuncia que ali a produção de calçados se faz presente. Na via principal que liga as três sedes municipais, galpões e logomarcas identificam fábricas de sandálias de vários tipos e de componentes sintéticos para calçados.

Tabela 3
Evolução do emprego formal na indústria de transformação
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

Setor da Indústria	RMF				INTERIOR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Extrativa mineral	1.288	1,34	1.210	0,87	1.647	6,87	1.148	1,79
Indústria de produtos minerais não metálicos	2.432	2,52	3.831	2,74	2.035	8,49	4.686	7,31
Indústria metalúrgica	4.467	4,64	7.972	5,70	646	2,69	1.162	1,81
Indústria mecânica	1.240	1,29	2.604	1,86	154	0,64	1.081	1,69
Indústria do mat. elét. e de comunicações	1.355	1,41	1.724	1,23	6	0,03	13	0,02
Indústria do material de transporte	1.021	1,06	2.161	1,55	78	0,33	149	0,23
Indústria da madeira e do mobiliário	2.961	3,07	3.773	2,70	717	2,99	2.463	3,84
Indústria do papel, papelão, editor. e graf.	3.660	3,80	5.404	3,86	263	1,10	827	1,29
Indústria da bor., fumo, couros.; peles, ind. div.	1.703	1,77	2.883	2,06	735	3,06	3.351	5,23
Indústria química de prod. farmac.,vet., perf.	5.343	5,55	8.795	6,29	415	1,73	1.725	2,69
Indústria têxtil do vestuário e art. tecidos	33.375	34,64	49.457	35,37	1.964	8,19	2.928	4,57
Indústria de calçados	4.283	4,45	13.859	9,91	5.685	23,71	33.655	52,50
Ind. prod. alimentício bebidas e álcool etílico.	26.047	27,04	29.669	21,22	6.965	29,04	9.189	14,33
Fabricação de "Outros Produtos"	7.169	7,44	6.500	4,65	2.671	11,14	1.732	2,70
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

Os dados da Tabela 3 ratificam os argumentos acima ao apontar que, já em 1996, 5.685 (23,71%) trabalhadores estavam empregados na indústria de calçados localizadas no interior do Ceará e em 2006 aumenta significativamente para 33.655 (52,50%) vagas, com expressiva variação de 491,99% no período em análise. No mesmo tempo, a RMF apresentou variação de 223,58%.

Para Pontes Vianna e Holanda (2006), cidades do interior do Estado, como Sobral, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatú e Juazeiro do Norte, têm grandes indústrias calçadistas instaladas gerando emprego. Para os autores citados, o FDI II de 2002 a 2003 contribuiu para esse crescimento.

Amaral Filho e Souza (2003) afirmam que o Ceará é o terceiro Estado brasileiro em exportação de calçados e que o interior, precisamente o Cariri, tem, em Juazeiro do Norte, grande quantidade de pequenas e médias empresas do setor calçadista, e Crato conta com indústria de grande porte. Nesse contexto, os dados da Tabela 3 mostram que, em 2006, dos 64.109 empregos na indústria formal distribuídos em todos os setores, a indústria calçadista

era responsável por 33.655 empregos, ou seja, 52,50% dos empregos no interior do Ceará pertenceu à indústria de calçados.

Esses resultados comprovam que, mesmo com a tentativa de desconcentrar a indústria através das políticas do FDI I, II e III da RMF para o interior, a pequena desconcentração que houve (ver Tabela 1) ocorreu notadamente em indústrias intensivas em mão-de-obra, como o setor calçadista, que não demanda nível de escolaridade elevado (ver Tabela 7). Segundo Queiroz e Costa Junior (2008), mão-de-obra barata e disciplinada, sindicatos menos combatíveis, entre outros fatores, justifica a localização desse tipo de indústria no interior do Ceará. Para Antunes (2005) é o modelo de acumulação flexível possibilitando novas formas de estruturação produtiva e novos métodos organizacionais pautados na redução de custos e no aproveitamento do potencial local (mão-de-obra barata).

A Tabela 4 apresenta a distribuição do emprego formal na indústria por tamanho do estabelecimento. Observa-se que para a RMF em 1996 a grande indústria empregava 43.351 (45,00%) trabalhadores e em 2006 esse número aumentou para 51.564; todavia, em termos percentuais reduziu-se para 36,87%; ainda assim é a grande indústria a que mais gera oportunidades de emprego na RMF. A média indústria também seguiu a tendência da grande ao apresentar em termos percentuais diminuição na sua participação ao passar de 25,06% em 1996 para 21,67% em 2006.

Na RMF, no período em análise, o destaque ficou para a micro e pequena indústria. A primeira em 1996 empregava 13.336 (13,84%) trabalhadores e em 2006 aumenta para 24.674 (17,65%) indivíduos, com variação de 85,01% de 1996 para 2006. Já a segunda (pequena) em 1996 empregava 15.513 (16,10%) dos empregos da RMF, e em 2006, emprega 33.295, respondendo agora por 23,81% do total de empregos, com variação percentual de 114,62%. Nesse contexto, a RMF apresentou queda, em termos percentuais, na geração de empregos na média e na grande indústria e aumentou a participação da micro e pequena indústria. Segundo Antunes (2005) isso é uma tendência do modelo de acumulação flexível, em que o domínio do setor produtivo está na micro e pequena empresa.

No interior do Estado do Ceará, os dados mostram o oposto da dinâmica da RMF, visto que houve aumento significativo no número de trabalhadores empregados na grande indústria. Em 1996, a grande indústria empregava 8.482 (35,36%) trabalhadores, já no ano de 2006 passa a gerar 31.770 empregos (49,55%), ou seja, quase metade da mão-de-obra formal estava na grande indústria, implicando variação de 274,55% entre 1996 e 2006. Indústrias calçadistas como a Grendene em Sobral e em Crato, e a Dakota em Iguatu, ambas de grande porte, podem ser responsáveis por esse fenômeno.

Tabela 4
Distribuição do emprego formal na indústria, por tamanho estabelecimento,
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado - CE

	RMF				INTERIOR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Nenhum	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Micro (1 a 19)	13.336	13,84	24.674	17,65	4.633	19,32	8.907	13,90
Pequena (20 a 99)	15.513	16,10	33.295	23,81	5.517	23,01	10.947	17,08
Média (100 a 499)	24.144	25,06	30.309	21,67	5.349	22,31	12.485	19,47
Grande (acima de 499)	43.351	45,00	51.564	36,87	8.482	35,36	31.770	49,55
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

Com relação à micro, pequena e média indústria, observou-se diminuição em termos percentuais na sua capacidade de ofertar empregos no interior do Estado. A micro indústria passou de 19,32% em 1996 para 13,90 em 2006. Seguindo tal tendência, observa-se movimento semelhante na pequena indústria, que passou de 23,01% em 1996 para 17,08% em 2006; e para a média, que, em 1996, era responsável por 22,31% dos empregos e cai para 19,47% em 2006, provavelmente em função do deslocamento da mão-de-obra empregada nesses tipos de estabelecimento para a grande indústria.

Isso implica, por um lado, a migração do grande estabelecimento industrial para o interior do Estado criando mais oportunidades de emprego nesse tipo de indústria; e por outro, o aumento do número de micro e pequenos estabelecimentos industriais na RMF. Isso pode ser consequência das políticas de desconcentração da indústria da RMF para o interior, que foram implementadas pelos FDI I, II e III, bem como das políticas de incentivo às micros e pequenas empresas, pelo SEBRAE, que tem estimulado o desenvolvimento delas, através de políticas de formação de novos empreendedores, além do acompanhamento ao micro e pequeno empresário que também são beneficiados por formas diferenciadas de tributação, tendo o Simples Nacional, ou Super Simples, estabelecido normas gerais relativas ao tratamento dispensado às micro e pequenas empresas, mediante regime único de tributação, como também de obrigações acessórias.

5. Perfil socioeconômico dos trabalhadores empregados na indústria formal da Região Metropolitana de Fortaleza vis-à-vis o interior do Estado

No tocante à análise do perfil do trabalhador, observa-se, na Tabela 5, que para a RMF e o interior do Estado, no período em estudo, há predominância do gênero masculino empregado na indústria. O número de empregos masculinos na indústria na RMF, em termos percentuais, permaneceu praticamente constante em uma década, dado que contava com 60,48% dos empregados em 1996 e eleva-se para 61,00% em 2006, implicando conseqüentemente em ligeira diminuição na participação das mulheres empregadas, que em 1996 representavam 39,52% das vagas na indústria e caíram para 39,00% em 2006.

Já o interior do Estado empregava, em 1996, 70,66% de homens e em 2006 esse percentual baixa para 64,59%, assim as mulheres passaram de 29,34% em 1996 para 35,41%, em 2006, com aumento de 6,07%. Apesar do aumento da participação da mão-de-obra feminina no interior, a RMF emprega mais mulheres do que no interior, sendo que na RMF e o interior prevalece a mão-de-obra masculina. Arrais, Queiroz e Alves (2008, p.8) enfatizam que:

Movidas por questões econômicas e pessoais como complemento da renda familiar, independência financeira, aumento do nível de escolaridade, criação de novos postos de trabalhos compatíveis a aptidões femininas, mudanças do papel da mulher na sociedade, utilização de métodos contraceptivos ou por assumirem, em muitos casos, o papel de chefe de família, constata-se aumento, ainda que de forma lenta, da participação das mulheres na indústria formal, [...] seguindo uma tendência nacional e mundial.

Para Leoni (1996), as profundas transformações na sociedade têm proporcionado cada vez mais a inserção da mulher no mercado de trabalho. Além da necessidade econômica, a mulher tem buscado igualdade entre gênero bem como direitos individuais que lhes pertencem. Isso tem ocasionado o aumento da autonomia feminina levando a mulher a superar os limites impostos, por muito tempo, pela sociedade. Mas deve-se levar em consideração que a superação não ocorreu por motivos meramente culturais; em alguns casos, elas são

consideradas chefes de famílias (em virtude da ausência paterna), e a inserção ocorre por questões econômicas.

Tabela 5
Número de empregados na indústria formal, segundo o gênero
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

Gênero	RMF				INTERIOR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Masculino	58.267	60,48	85.301	61,00	16.946	70,66	41.409	64,59
Feminino	38.077	39,52	54.541	39,00	7.035	29,34	22.700	35,41
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

No caso da variável idade, os dados da Tabela 6 mostram que a quantidade de pessoas empregadas na indústria até 17 anos é pouco significativa, em termos absolutos e em termos percentuais, tanto para a RMF quanto para o interior do Estado. Em 1996, a RMF empregava 826 jovens trabalhadores (0,86%), número que cai em 2006 para 573 (0,41%). O interior apresenta dinâmica semelhante, ao passar de 227 (0,95%) jovens empregados em 1996, para 116 (0,18%) em 2006. Vale observar que tanto para a RMF quanto para o interior o número de jovens trabalhadores diminuiu em termos absolutos e em termos percentuais entre 1996 e 2006.

O que justifica, em parte, o baixo percentual de jovens empregados no Ceará, decorre da falta de políticas públicas de incentivo ao 1º emprego e de políticas industriais a partir do recrutamento de mão-de-obra jovem (sem experiência). Por outro lado, os dados apresentados podem ser considerados positivos quando levados em consideração os programas do Governo Federal, que visam à redução do trabalhador infantil, dentre os quais se destacam o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o programa Bolsa Escola.

No ano de 1996, a faixa etária que mais se encontrava empregada na RMF e no interior, situava-se entre 30 e 39 anos. Os dados mostram que, para a RMF, 31.447 (32,64%) trabalhadores tinham idade entre 30 e 39 anos, e em 2006 aumenta para 43.878. Todavia, em termos percentuais, constata-se leve redução para 31,38%. Ainda assim, é a faixa etária que mais se encontrava empregada em 2006.

Tabela 6
Total de empregados na indústria formal por faixa etária
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

Faixa Etária	RMF				INTERIOR			
	1996	(%)	2006	(%)	1996	(%)	2006	(%)
Ate 17 anos	826	0,86	573	0,41	227	0,95	116	0,18
18 a 24 anos	23.364	24,25	29.923	21,40	5.900	24,60	20.446	31,89
25 a 29 anos	20.874	21,67	30.630	21,90	4.691	19,56	16.354	25,51
30 a 39 anos	31.447	32,64	43.878	31,38	7.375	30,75	17.321	27,02
40 a 49 anos	14.431	14,98	25.290	18,08	3.883	16,19	7.332	11,44
50 a 64 anos	5.023	5,21	9.222	6,59	1.809	7,54	2.451	3,82
65 ou mais	269	0,28	326	0,23	53	0,22	89	0,14
Ignorado	110	0,11	0	0,00	43	0,18	0	0,00
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

No interior do Estado, os dados apontam que em 1996 a faixa etária de 30 a 39 anos também era que mais se encontrava empregada, com 7.375 (30,75%) trabalhadores, e em 2006, aumenta para 17.321. Apesar disso, reduz-se em termos percentuais para 27,02%, deixando de ser a faixa etária que mais contemplava empregos

Nesse sentido, em 2006, o maior percentual de empregados no interior do Ceará se encontrava entre as pessoas com idade entre 18 a 24 anos (31,89%), o que se justifica pela necessidade de os jovens ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, acontecimento esse não observado na RMF, que apresentou redução de pessoas no emprego industrial formal nessa faixa-etária (18 a 24 anos), de 24,25% em 1996 para 21,40% em 2006.

Para as faixas de idade mais elevada, os dados mostram que na RMF, em 1996, 5.292 (5,49%) trabalhadores tinham acima de 50 anos, e em 2006 aumentam para 9.548 (6,82%). No caso do interior do Estado, que em 1996 tinha 1.862 trabalhadores (7,76%) com idade acima dos 50 anos, e aumenta em 2006 para 2.540, ocorre em contrapartida redução percentual para 3,96%. Esse aumento em termos absolutos na participação de trabalhadores com mais de 50 anos na RMF e no interior pode ser explicado, em parte, pelo fato de que muitos desses trabalhadores, embora aposentados e/ou pensionistas, tem de permanecer na ativa por mais tempo, para complementar ou manter a renda da família, quando não, em muitos casos é a única fonte de rendimento.

Com relação ao nível de escolaridade, observa-se elevado índice de trabalhadores na indústria com poucos anos de estudos. Os dados na Tabela 7 mostram que no ano de 1996, 69.940 (72,59%) trabalhadores da RMF estavam entre os sem instrução até o ensino fundamental completo (8ª série). No interior esse número é mais alarmante, dado que 20.123 (83,91%) se encontravam nesse nível da instrução. Para o ano de 2006, esse número decrescia significativamente na RMF - de 72,59%, em 1996, para 47,17% em 2006 - e; no interior do Estado, cai de 83,91% em 1996 para 48,66% em 2006.

As explicações mais plausíveis para essa redução estão nas exigências das indústrias em contratar mão-de-obra qualificada, bem como no incentivo à permanência dos trabalhadores na escola, e também nos programas do Governo Federal para o combate ao analfabetismo, dentre os quais se destacam o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Educação de Jovens e Adultos - EJA. De acordo com Rocha (2002, p. 7):

Os investimentos em educação e infra-estrutura, certamente, terão impactos sócio-econômicos significativos no médio e longo prazo. Contudo, apesar de terem efeitos provavelmente mais sustentáveis do que os da política de incentivos fiscal-financeiros, sua participação nas mudanças recentes do perfil sócio-econômico do Estado é, talvez, relativamente menos expressivas do que a das medidas verticais - políticas de incentivos.

Para os trabalhadores entre o 2º grau incompleto e o 2º grau completo, o ano de 1996 mostra que 22,46% estavam entre esses níveis de escolaridade na RMF, e no interior do Estado apenas 12,99% da mão-de-obra formal da indústria. Já em 2006, houve aumento considerável deles tanto para a RMF quanto para o interior. A RMF elevou-os de 22,46% em 1996 para 46,50% em 2006, com variação percentual de 200,35%, e o interior aumenta de 12,99% em 1996 para 48,34% em 2006, com variação de 894,54%. Esses dados mostram que, embora a indústria instalada no interior seja predominantemente intensiva em mão-de-obra (Tabela 3), a variação percentual do nível de escolaridade (2º grau incompleto e completo) foi superior no interior do Estado.

Tabela 7
Total de empregados na indústria formal, segundo grau de instrução
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

	RMF				INTERI OR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Analfabeto	2.647	2,75	938	0,67	1.778	7,41	884	1,38
4ª Ser incom	13.395	13,90	6.703	4,79	5.654	23,58	4.980	7,77
4ª Ser Comp	14.872	15,44	6.353	4,54	6.863	28,62	4.055	6,33
8ª Ser Incom	22.624	23,48	19.219	13,74	3.850	16,05	11.374	17,74
8ª Ser Comp	16.402	17,02	32.762	23,43	1.978	8,25	9.900	15,44
2º GR incom	7.184	7,46	15.981	11,43	888	3,70	9.112	14,21
2º GR comp	14.453	15,00	49.007	35,04	2.228	9,29	21.878	34,13
Sup Incom	1.229	1,28	3.105	2,22	174	0,73	945	1,47
Sup comp	2.405	2,50	5.592	4,00	250	1,04	970	1,51
mestrado	0	0,00	175	0,13	0	0,00	11	0,02
Doutorado	0	0,00	7	0,01	0	0,00	0	0,00
Ignorado	1.133	1,18	0	0,00	318	1,33	0	0,00
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

Outro dado que se destaca é o baixo percentual de trabalhadores com nível superior (incompleto e completo). Em 1996, na RMF, apenas 3,78% dos trabalhadores formais da indústria estavam dentro desse nível de escolaridade, e no interior somente 1,77% se enquadravam na mesma situação. Em 2006, a RMF elevou a sua participação para 6,22%; e o interior, para 2,98%, com variação percentual para a primeira de 139,32% e para o interior de 351,65%.

Apesar dessas melhorias no nível de instrução do trabalhador cearense, fica evidente o baixo nível de escolaridade da mão-de-obra empregada na indústria formal cearense, com destaque para os empregados no interior do Estado, visto como as indústrias que se deslocaram para o Ceará, sejam para a RMF, seja para o interior, não demandam trabalhadores qualificados.

Analisando o tempo de permanência dos trabalhadores formais da indústria na RMF e no interior do Estado percebe-se que, no ano de 1996, 34,02% trabalhadores na RMF permaneceram por menos de um ano empregado; no interior essa rotatividade era mais intensa: 37,10% ficaram por menos de 1 ano nos seus postos de trabalho. Para o ano de 2006, esse percentual reduziu-se tanto na RMF quanto no interior. Em 2006, 30,09% dos trabalhadores apresentavam essa rotatividade na RMF e no interior 34,25%. De acordo com Baltar e Proni (1996, p. 119),

No Brasil [...] é elevada a freqüência com que muitas pessoas estão permanentemente trocando de emprego. As empresas dispõem de um núcleo relativamente pequeno de empregados estáveis e contratam os demais apenas a medida que o nível de atividade justifica, dispensando parte do pessoal quando as vendas diminuem. Elas têm, portanto, uma enorme flexibilidade para ajustar a magnitude de funcionários ao ritmo de produção e/ou vendas de produtos.

O percentual de empregados de 1 a menos de 3 anos é elevado, tanto para a RMF quanto para o interior. Em 1996, 31,68% dos trabalhadores permaneciam nesse intervalo de tempo na RMF caindo levemente para 30,94% em 2006. No interior, 32,00% permaneciam empregados de um a três anos em 1996, caindo para 26,81% em 2006. Esses índices elevados de trabalhadores com pouco tempo de serviço comprovam o resultado de novas formas de

organização do trabalho e da produção, pautados em um processo de reestruturação produtiva, desenvolvimento tecnológico, que substituiu trabalhadores formais por estagiário e contratos temporários, além dos altos impostos e encargos trabalhistas que dificultam a geração e oferta de novas vagas. Para Baltar, Dedecca e Henrique (1996, p. 98):

Essa situação tem sérias consequências em um mercado de trabalho extremamente flexível como o brasileiro, como mostram as altas taxas de rotatividade. Apesar de algumas mudanças na legislação trabalhista estimuladas pela redemocratização do país e consolidadas na constituição de 1988, e do avanço dos sindicatos e das políticas de negociações coletivas, as empresas continuam em ter muita liberdade para contratar, usar, remunerar e dispensar mão-de-obra.

Tabela 8

**Distribuição dos trabalhadores na indústria formal, segundo tempo de serviço
Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006**

Tempo de Serviço	RMF				INTERIOR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Menos de 1 ano	32.777	34,02	42.076	30,09	8.894	37,10	21.892	34,25
1 a menos de 3 anos	30.517	31,68	43.270	30,94	7.674	32,00	17.188	26,81
3 a menos de 5 anos	8.632	8,96	20.722	14,82	1.753	7,31	15.303	23,87
5 ou mais anos	24.389	25,32	33.771	24,24	5.584	23,28	9.726	15,15
Ignorado	29	0,03	3	0,00	76	0,32	0	0,00
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

Além dos fatores citados acima, a alta rotatividade da mão-de-obra na indústria em todo o Estado do Ceará também é consequência do fato de sua indústria ser intensiva em mão-de-obra, e facilmente substituível em função da baixa qualificação exigida desses profissionais (Tabela 7), facilitando-se assim, a contratação e a demissão.

As empresas podem permanecer com estoque reduzido de mão-de-obra estável contratando e dispensando facilmente trabalhadores, pelo fato de poder agir assim, por falta de contratos que garantam aos empregados maiores períodos de tempo nas empresas, as quais passaram a agir de forma a equilibrar o processo produtivo, contratando trabalhadores em função da variação dos níveis de produção, sendo esse mero instrumento de multiplicação do produto, no sistema capitalista (BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1996)

Na Tabela 8 pode-se também destacar o percentual de pessoas que trabalham há 5 anos ou mais na indústria cearense. O ano de 1996 mostra que apenas 25,32% dos trabalhadores da RMF permaneciam em seus postos de trabalho, percentual que diminuiu para 24,24% em 2006. No interior, o percentual era de 23,28% em 1996 e em 2006 reduziu-se acentuadamente para 15,15%. Isso mostra que, no interior, a rotatividade é mais intensa e o emprego dura menos. Esses dados tornam-se preocupantes, quando se idealiza o emprego duradouro e o que se observa é a precariedade no mercado de trabalho cearense, que segue a tendência mundial.

Com relação à remuneração, pode-se constatar o empobrecimento do trabalhador em todo o Ceará. Em 1996, 3,41% dos trabalhadores da RMF ganhavam até 1 salário mínimo, elevando-se para 7,28% em 2006. No caso do interior, em 1996, 13,71% da mão-de-obra formal da indústria recebiam até um salário mínimo, percentual que sobe em 2006 para 14,61%. Isso se justifica em função de as empresas atraídas para o Ceará, através das políticas de incentivos fiscais, serem intensivas em mão-de-obra e, sobretudo, por o Estado apresentar, como denomina Marx (1987), um exército industrial de reserva, apto a assumir posto de trabalho, mesmo com remuneração baixa.

Os que ganhavam até 2 salários mínimos (duas primeiras faixas de rendimentos) apresentaram aumento tanto na RMF quanto no interior do Estado. Em 1996, 59.812 (62,08%) ganhavam até o valor acima citado e em 2006 esse número aumentou para 114.530 (82,90%), apresentando variação percentual de 91,48%. Nesse caso, o aumento foi tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais. No interior do Estado em 1996, 17.857 (74,46%) recebiam até 2 salários mínimos, e em 2006 eles já são 58.261 (90,88%), com variação percentual de 226,26%. O interior apresentou aumento absoluto e percentual, mas sua variação percentual (226,26%) foi superior a da RMF (91,48%).

Tabela 9
Total de empregados na indústria formal, segundo faixa de remuneração, Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado – CE 1996/2006

Rendimento em salário mínimo	RMF				INTERIOR			
	1996	%	2006	%	1996	%	2006	%
Até 1 salário	3.289	3,41	10.185	7,28	3.288	13,71	9.076	14,16
Mais de 1 a 2 sm	56.523	58,67	104.345	74,62	14.569	60,75	49.185	76,72
Mais de 2 a 3 sm	15.381	15,96	9.324	6,67	1.426	5,95	2.225	3,47
Mais de 3 a 5 sm	8.606	8,93	6.936	4,96	1.229	5,12	1.509	2,35
Mais de 5 a 10 sm	6.327	6,57	5.036	3,60	1.203	5,02	1.202	1,87
Mais de 10 a 20 sm	3.880	4,02	2.353	1,68	992	4,14	506	0,79
Mais de 20 sm	2.136	2,22	897	0,64	390	1,63	186	0,29
Sem declaração	202	0,21	766	0,55	884	3,69	220	0,34
Total	96.344	100,00	139.842	100,00	23.981	100,00	64.109	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir RAIS/MTE.

Em contrapartida, observa-se para os que ganhavam mais de 5 salários mínimos queda acentuada em termos absolutos e em termos percentuais na RMF e no interior. Em 1996, na RMF, 12.343 (12,81%) trabalhadores recebiam mais de 5 salários mínimos, e em 2006 esse total caiu para 8.286 (5,92%). No interior, em 1996, 2.585 (10,79%) empregados recebiam essa faixa de salários e em 2006, o número deles diminuiu para 1.894 (2,95%). Nesse caso a redução foi outra vez mais acentuada para o interior do que para a RMF.

De acordo com Baltar e Proni (1996), a acumulação de experiências de trabalho (tempo de serviço na empresa) e o grau de instrução dos trabalhadores são fatores que podem determinar a elevação salarial. Nesse caso, a rotatividade da mão-de-obra (Tabela 8) e a grande quantidade de trabalhadores com baixo grau de instrução (Tabela 7) podem justificar, em parte, os baixos níveis salariais pagos na Indústria, tanto na RMF quanto no Interior do Ceará (Tabela 3).

Em suma, os dados apontam, que tanto para a RMF como para o interior do Estado, o trabalhador é mal remunerado, dado que em 2006 na RMF 74,46% e 90,88% no interior ganhavam até no máximo 2 salários mínimos. O fato contradiz o que pregava o Taylorismo, para o qual, a prosperidade do empregador deve ser seguida da prosperidade do empregado.

Os resultados dessa fluidez nas relações de trabalho podem ser percebidos [...] em três dimensões: I. Baixa participação dos salários no custo de produção e do valor agregado; II. No baixo nível e ampla diferenciação das remunerações dos trabalhadores; III. Na exclusão do emprego produtivo de uma significativa parcela da PEA [...] em consequência prevaleceu uma acentuada desigualdade socioeconômica, na qual uma parcela dos trabalhadores [...] não faz parte da base do mercado de consumo de massa [...] esse quadro de relações de trabalho no Brasil foi produto do modo como se desenvolveu o processo de industrialização, com intensa repressão à atividade sindical e completa despreocupação das autoridades públicas

para com as formas de uso do trabalho e o nível dos salários. (BALTAR e PRONI, 1996, p. 119).

O que se constata é que no Ceará, seja na RMF seja no interior, predominam indústrias intensivas em mão-de-obra que pagam baixos salários, e ao longo desses 10 anos em análise, a precarização intensificou-se mediante redução acentuada nos rendimentos dos seus trabalhadores, que se deslocaram das faixas mais elevadas e concentraram-se significativamente nas faixas de rendimentos mais baixas, sendo que o interior mais uma vez apresenta precarização mais intensa do que na RMF.

6 – Considerações Finais

A preocupação com o desenvolvimento de políticas de atração de indústrias para o Ceará e ao mesmo tempo o esforço por desconcentrá-la da RMF provocaram, ao longo de 10 anos (1996-2006), reformulações no Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará - FDI. Todavia, o que se constatou com tais mudanças nos três FDIs, foi o aumento dos investimentos que se concentraram ainda mais em apenas 13³ municípios da RMF.

Em tal cenário, evidenciou-se forte tendência no sentido de as indústrias continuarem se instalando na RMF. Na verdade, os FDIs foram eficientes na atração de indústrias para o Ceará, que passaram de 4.743 estabelecimentos industriais, em 1996, para 7.955 unidades produtivas, em 2006. Todavia, o setor permaneceu concentrado. Essa forte concentração da produção provoca disparidades socioeconômicas dentro do território cearense.

No tocante ao perfil do trabalhador cearense, em 2006, predominam na indústria formal do interior e da RMF, trabalhadores do gênero masculino, com idade entre 30 a 39 anos (31,38%) na RMF e, de 18 a 24 anos (31,89%) no interior. Destaca-se também a diminuição do trabalho infantil na RMF, com participação de 0,41% e, notadamente no interior, que contribui com 0,18%, resultado de programas sociais do Governo Federal como o PETI, o FUNDEF e o Bolsa Escola, que pretendem erradicar o trabalho infantil e manter crianças e adolescentes nas escolas.

Para aqueles com idade acima de 50 anos, observou-se tanto para a RMF quanto para o interior do Ceará, ligeiro aumento na participação deles no mercado de trabalho industrial formal, acontecimento este, em parte, associado às novas oportunidades de empregos para trabalhadores com experiência e/ou a necessidade de aposentados e pensionistas continuarem inseridos no mercado de trabalho, dado que em muitos casos eles são a única fonte de renda de toda a família e/ou domicílio.

Outro destaque é que, apesar da melhora no nível de instrução do trabalhador formal da indústria no Ceará, ainda permanece baixo o seu nível educacional, visto que 47,17% dos trabalhadores na RMF e, 48,66% no interior, em 2006, não tinham o ensino fundamental completo. Essa baixa qualificação deve-se também ao tipo de indústria que predomina na RMF (indústria têxtil) e no interior (indústria calçadista), que são intensivas em mão-de-obra e demandam trabalhadores pouco qualificados e/ou sem experiência. Destaca-se que esses trabalhadores, na RMF (36,87%) e, no interior (49,55%), estão empregados em sua maioria na grande indústria, apesar de ter se observado crescimento do número de empregos na micro, pequena e média indústria na RMF, em função do deslocamento de trabalhadores da grande indústria.

No caso do interior, a grande indústria teve crescimento ao passar de 35,36%, em 1996, na sua capacidade de geração de empregos, para 49,55%, em 2006, provavelmente em

³ Fortaleza, Caucaia, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante

função de mais da metade dos empregos na indústria formal no interior estarem no setor calçadista, que conta com grandes empreendimentos industriais vindos do Rio Grande do Sul.

Chama a atenção o fato de que, mesmo com a melhora na qualificação dos trabalhadores cearenses, não houve resposta no tocante aos seus rendimentos, contradizendo a teoria do capital humano. Na verdade, os trabalhadores da indústria formal do Ceará deslocaram-se das faixas de rendimentos mais elevadas e concentram-se significativamente nas faixas mais baixas. Em 2006, 89,90% dos trabalhadores, da RMF, ganhavam até 2 salários mínimos contra 90,88% no interior. Ou seja, em todo o Estado, a precarização aumentou ao longo dos dez anos em análise (1996/2006), sendo mais intensa no interior.

Essa precarização fica mais evidente quando se observa a elevada rotatividade da mão-de-obra na indústria formal. Em 2006, na RMF, 30,09% dos trabalhadores ficavam empregados por menos de um ano, no interior tal índice eleva-se para 34,25%. Apesar de as indústrias que se instalaram, no Ceará, serem intensivas em mão-de-obra, ainda assim observa-se elevada rotatividade no setor, provavelmente em função da abundância de trabalhadores e do baixo nível de instrução exigido por tais indústrias. A precarização existe e é intensa no mercado de trabalho formal da indústria cearense; no entanto, ela é mais intensa no interior do Estado.

Nesse sentido, o Governo do estado do Ceará, mediante políticas públicas - bem elaboradas e mais justas, - deve procurar alcançar o crescimento com igualdade e, assim, diminuir as distorções socioeconômicas e demográficas que ainda persistem entre a RMF e o interior do Estado, diminuindo a indignância e a pobreza em todo o território cearense e, não apenas em municípios localizados próximos a Fortaleza.

7 - Referências

ALVES, Christiane Luci Bezerra; VALOIS, Isabela da Silva. Caracterização do Mercado de Trabalho Formal na Indústria Cearense durante a década de 90. in. **I encontro internacional trabalho e perspectiva de informação dos trabalhadores** – LABORINFC, 07 A 08 de setembro de 2006 – Fortaleza – Ceará – Brasil.

AMARAL FILHO, Jair do; SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. Arranjo produtivo de calçados do Cariri, Ceará. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE**; Texto para discussão nº 9. Fortaleza, agosto de 2003.

ARRAES, Ana Keila de Moura; QUEIROZ, Silvana Nunes de; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004. **Anais do II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores**. Fortaleza: LABOR/UFC, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: **Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARAUJO, Iara Maria de. Da formação de um ofício a grande indústria: marcas e trajetória de um espaço produtivo. In **ANAIS do X encontro Nacional de Estudo do Trabalho – ABET**.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadore; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** – São Paulo: Scritta, 1996 – (Pensiere)

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaupt. Sobre o Regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** – São Paulo: Scritta, 1996 – (Pensiere)

BASQUES, Maria Fernanda Diamante; DINIZ, Clébio Campolina. A industrialização nordestina recente e suas perspectivas – **Fortaleza; Banco do Nordeste do Brasil – 2004.**
LAGO, Luiz Aranha Correa do. A Retomada do Crescimento e a distorções do “Milagre” – **A Ordem do Progresso** – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989 – Editora Campus 1990.

DIAS, Francisco Régis Cavalcanti; HOLANDA, Marcos Costa; AMARAL FILHO Jair do. Nota técnica nº 3: Base Conceitual dos Critérios para Concessão de Incentivos para Investimento no Ceará (FDI) SEPLAN-IPECE Fortaleza-CE Julho/2003 disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_3.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2007

MARX, Karl. O Capital – **Crítica da economia política.** Livro primeiro – o processo de produção do capital, volume I, 11ª Ed. Tradução de Renato Sant’Anna. 1987. Editora Bertrand Brasil. DIFEL.

PONTES, Paulo Araújo. Vianna, PEDRO Jorge Ramos; Holanda, Marcos Costa. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Estado do Ceará: uma análise do período de 1995 a 2005.** Fortaleza, Dezembro, 2006.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; COSTA JUNIOR, Manoel Pedro Noronha da. Diferenças e Semelhanças entre os Empregados na Indústria Formal de Calçados no Ceará e no Rio Grande do Sul 1994/2004. In. **Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** ABEP, Caxambu-MG, 2008.

ROCHA, Antônio Gláuter Teófilo. Velhos instrumentos, enfoque inovador: combinando subsídios fiscais e desenvolvimento local – o caso do Ceará. **Anais do XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica da NSP.** Salvador – Bahia, 2002

SABOIA, J. A dinâmica da Descentralização Industrial do Brasil. **IN: VI Encontro de Economistas da língua Portuguesa, 2001,** Évora. Anais do VI Encontro de Economistas da Língua Portuguesa, 2001 V.1.

SOUZA, Fábio Lopes de. **Retrato da População Residente no Ceará nos Anos de 2001 e 2005.** Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. 2009